PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 2000

Altera o art. 10, inciso I, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e dá outras providências.

Autor: Marcos Cintra (PFL/SP) **Relator:** Alex Canziani (PSDB/PR)

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar 142/00, de autoria do nobre Deputado Marcos Cintra altera o art. 10, inciso I, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, a fim de determinar que a competência privativa do Banco Central do Brasil de emitir papel-moeda e moeda metálica, respeitadas as condições e limites autorizados pelo Conselho Monetário Nacional, fique condicionada à fabricação, no País, do meio circulante, mediante contratação exclusiva dos serviços da Casa da Moeda do Brasil.

Em sua justificação, o ilustre autor posiciona-se contra a fabricação, por outros países, do nosso papel-moeda, como, segundo diz, teria ocorrido no caso da cédula de dez reais em polímero, emitida por ocasião das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil. Ressalta a necessidade de se preservar a soberania do País no tocante à proteção e à segurança de nosso meio circulante, aduzindo que a Casa da Moeda do Brasil, pelo padrão de qualidade e eficiência que tem apresentado ao longo do tempo, mostra-se totalmente credenciada a continuar executando os serviços de fabricação do meio circulante nacional, sem nada dever a outros fabricantes estrangeiros quanto à tecnologia empregada e competitividade. Lembra, ainda, a importância de se manter o sistema de licitações internacionais para a aquisição de insumos por parte daquela empresa pública. Assinala, por fim, que sua proposição busca a manutenção do emprego na indústria de papel-moeda, a diminuição das despesas suplementares decorrentes da aplicação do verniz protetor nas cédulas plásticas, o cuidado com o meio ambiente e a preservação de nossa soberania em matéria tão delicada.

O Projeto de Lei Complementar nº 142/00 foi distribuído em 29.6.00, pela ordem, às Comissões de Economia, Indústria, Comércio e Turismo e de Constituição e Justiça e de Redação.

Cabe-nos, agora, nesta Comissão, apreciar a matéria quanto ao mérito, nos aspectos atinentes às atribuições do Colegiado, nos termos do art. 32, VI, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A proposição sob comento mostra-se altamente meritória em seu objetivo - resquardar a soberania brasileira no tocante à fabricação de nossas cédulas e moedas. Para tanto, estipula alteração ao art. 10, I, da Lei nº 4.595, de 31.12.64, nos seguintes termos:

> "Art. 10. Compete privativamente ao Banco Central do Brasil:

> I – emitir papel-moeda e moeda metálica, que serão fabricados no Brasil mediante contratação exclusiva dos servicos da Casa da Moeda do Brasil, respeitadas as condições e limites autorizados pelo Conselho Monetário Nacional". (grifos nossos)

Cabe ponderar, porém, que o referido mandamento já é contemplado pela legislação vigente. Assim, o caput do art. 2º da Lei nº 5.895, de 19.6.73, que autoriza o Poder Executivo a transformar a autarquia Casa da Moeda em empresa pública, preconiza:

> "Art. 2° A Casa da Moeda do Brasil terá por finalidade, em caráter de exclusividade, a fabricação de papel-moeda e moeda metálica e a impressão de selos postais e fiscais federais e títulos da dívida pública federal." (grifos nossos)

Idêntica redação pode ser encontrada no Estatuto Social da Casa da Moeda do Brasil, aprovado pelo Decreto nº 2.122, de 13.1.97, em seu art. 5º:

> "Art. 5° A CMB tem por objeto, **em caráter de** exclusividade, a fabricação do papel-moeda e da moeda metálica nacionais, a impressão dos selos postais e fiscais federais e dos títulos da dívida pública federal." (grifos nossos)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

A referência explícita em lei federal ao caráter de exclusividade indicado impede, em nosso ponto-de-vista, interpretações que pudessem justificar a fabricação do papel-moeda e da moeda metálica nacional por outra empresa que não a Casa da Moeda do Brasil sem a correspondente autorização legal. De fato, foi necessária a vigência de uma outra lei federal para permitir a única exceção a essa norma nos últimos 28 anos, ocorrida por ocasião do lançamento do Plano Real. Surgiu, naquela oportunidade, a necessidade de imediata substituição da totalidade do meio circulante brasileiro, demanda incapaz de ser atendida apenas pela Casa da Moeda do Brasil com a urgência exigida. Perante tais condições excepcionais, sancionou-se a Lei nº 8.891, de 21.6.94, que autorizou a contratação **excepcional** de fabricação do novo meio circulante por empresas estrangeiras, observados, porém, **limites estritos** quanto à quantidade de papel-moeda adquirido no exterior e do período de contratação, como pode ser comprovado pela letra do art. 1º do mencionado diploma legal:

"Art. 1º O Banco Central do Brasil fica autorizado a contratar, independentemente de procedimento licitatório, empresas estrangeiras para impressão de cédulas do novo padrão monetário, nas quantidades necessárias à fase inicial de substituição do meio circulante, observado o limite global máximo de um bilhão e quinhentos milhões de unidades." (grifos nossos)

Dessa forma, observamos que a base legal existente já garante à Casa da Moeda do Brasil a condição de fabricante exclusivo do dinheiro nacional. Portanto, o objetivo a que se destina o projeto ora relatado já encontra acolhida nas normas vigentes.

Pelos motivos expostos, votamos pela rejeição do Projeto de Lei Complementar nº 142, de 2000.

É o voto.

Sala da Comissão, em de

de 2002.

Deputado Alex Canziani

Relator